

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: Estratégias para uma educação inclusiva e equitativa

[Autor 1º] Luciana Custódio da Silva

UFCAT- PPGEDUC

lucustodioprof@gmail.com

[Co-Autor 2º] Profª. Drª. Wanessa Ferreira Borges Resende

wanessaferborges@ufcat.edu.br

UFCAT- PPGEDUC

GT 1: Educação Especial, Inclusão e Surdez: Práticas Educativas e Formação de Professores. Mediadores: Profa. Dra. Dulcéria Tartuci, Profa. Dra. Wanessa Ferreira Borges Resende, Prof. Dr. Wellington Jhonner da Silva (PPGEDUC/UFCAT)

RESUMO

A educação inclusiva tem ganhado destaque no Brasil, promovendo mudanças significativas nas políticas e práticas pedagógicas para garantir o direito de acesso e permanência de pessoas com deficiência na educação regular. Logo, esse trabalho busca refletir a relevância do Plano Educacional Individualizado como uma ferramenta pedagógica para efetivação de uma educação inclusiva dentro da sala de aula de ensino comum aos alunos público da educação especial. Nesse cenário, o (PEI) destaca-se como um suporte fundamental para adaptar o ensino às necessidades específicas dos alunos da educação especial, promovendo práticas pedagógicas eficazes e personalizadas. O PEI reforça valores contemporâneos de equidade, acessibilidade e valorização das potencialidades individuais, contribuindo para uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Plano Educacional Individualizado. Equidade.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é palco de reflexão no cenário educacional brasileiro com acordos internacionais, legislações nacionais buscando romper os entraves que dificultam a inclusão de pessoas público da educação especial em sala de aula no ensino regular. É notório que as questões que acerbam a educação inclusiva vão além de cumprimento de metas legais, buscando promover para os alunos público da educação especial um ambiente acolhedor e inclusivo.

Realização:



Apoio:





23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?

Um das ferramentas pedagógicas importantes para auxiliar no processo de inclusão escolar das pessoas público da educação especial é o Plano Educacional Individualizado (PEI), que é um instrumento estratégico para garantir práticas pedagógicas adaptadas e eficazes, voltadas às necessidades singulares de alunos da educação especial.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento pedagógico direcionado aos alunos público da educação especial, que em sua elaboração participa uma equipe multidisciplinar, composta por professores, profissionais de apoio pedagógicos, levando em consideração as particularidades de cada aluno, podendo assim a partir dele promover práticas educativas que promovam a evolução do aluno (Oliveira, 2017).

Logo, a inclusão de crianças público da educação especial exige um olhar singular de todos os profissionais envolvidos no processo educativo. Para que essa inclusão aconteça de forma efetiva é de suma importância que todos busquem conhecer os estudos, técnicas e práticas pedagógicas inclusivas.

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gill (2002, p. 44):

é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos. Embora e quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho, desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Portanto, o modelo de pesquisa que utilizaremos trata-se de uma pesquisa bibliográfica elaborada através da leitura e análise de teses e artigos identificados nos portais SciELO Brasil, CAPES Periódicos e Google Acadêmico cujo o objeto de investigação a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI).

DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos principais pilares das políticas educacionais contemporâneas no Brasil, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência

A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



de pessoas com deficiências na educação regular. Mendes, Almeida e Toyoda (2011, p. 82) destacam que tal questão, foi tratada em âmbito internacional nos anos de 1990:

Durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990, o Brasil estabeleceu metas básicas para melhorar o sistema educacional brasileiro. Entre esses objetivos, parecia necessário melhorar a educação de crianças e adolescentes com necessidades especiais. Como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Qualidade, organizada pelo Governo espanhol e pela UNESCO em junho de 1994, a Declaração de Salamanca foi aprovada. Teorias e práticas baseadas no princípio da inclusão escolar começaram a ser discutidas com maior ênfase no Brasil.

A partir da Declaração de Salamanca a educação inclusiva teve um novo olhar, deixando apenas de ser uma meta a ser alcançada, passando a ser um compromisso ético e pedagógico, envolvendo assim todos os profissionais da educação, a fim de garantir práticas inclusivas efetivas. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), o Brasil passou a receber um maior número de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Desde a implementação dessa legislação, houve um grande fortalecimento da inclusão, com o intuito de implementar ações assegurando o acesso e permanência dos estudantes nas escolas regulares de ensino.

A LDB estabelece que “a oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (Brasil, 1996). No artigo 59 da Lei 9.394/96, inciso I, fala que “os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996). Logo, para um atendimento educacional individualizado que atenda todas as especificidades dos alunos é necessário que as ações e as propostas pedagógicas sejam adaptadas às capacidades pedagógicas e cognitivas dos alunos.

Em 2015 é sancionada a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, que busca consolidar ações de inclusão, reunindo normas jurídicas anteriores que tratam dos direitos das pessoas com deficiência. Entretanto, não remete a elaboração e obrigatoriedade do PEI (Brasil, 2015). A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, instituída pelo Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, traz novas propostas que



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?

buscam garantir os direitos da pessoa público da educação especial, com o intuito de ter um atendimento aos estudantes mais equitativo e individualizado, baseado em princípios de inclusão de um ensino personalizado. Um dos documentos que é apresentado nessa lei é o Plano Educacional Individualizado (PEI).

De acordo com Magalhães, Cunha e Silva (2013, p. 45), o PEI é um:

registro escrito avaliativo, formulado em equipe, que busca respostas educativas mais adequadas para as necessidades educacionais especiais apresentadas em processos de escolarização de estudantes que exigem caminhos alternativos para sua aprendizagem.

Logo, é um documento que visa garantir as necessidades específicas dos alunos públicos da educação especial. Sendo um instrumento que orienta o planejamento pedagógico, corroborando no planejamento de conteúdos com uma adequação e acessibilidade curricular. Conforme destacado,

O PEI é um instrumento do planejamento pedagógico a ser realizado pelo professor regente, com o suporte dos professores do SAEE e do SAEE-BS, e refere-se às adaptações feitas para que seja garantida a qualidade na formação escolar, atinente às singularidades dos educandos. O PEI deve ser estruturado a partir da observação e articulação entre conteúdos, processos e produtos que garantam a acessibilidade curricular e a equidade nas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2020, p. 72).

Portanto, o PEI busca garantir que todos os estudantes públicos da educação especial tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando as individualidades e buscando promover um desenvolvimento pleno das potencialidades dos estudantes. Tannús-Valadão e Mendes (2018, p. 6) afirma que:

O PEI quebra a barreira do padrão, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante PAEE, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, o PEI auxilia no processo de rompimento de barreiras convencionais, complementando o currículo escolar ao promover atividades específicas, suporte profissional e estratégias de acordo com as necessidades dos alunos da educação especial, tornando o ambiente potencializador de um processo de aprendizagem significativa e inclusiva (Tannus – Valadão, 2010).

A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



Tendo o foco nas potencialidades dos alunos o PEI, possibilita que ele avance dentro de seu ritmo, promovendo avanços significativos em suas conquistas diárias na sala de aula. Partindo desse norte, o PEI busca promover uma aprendizagem que estimule o desenvolvimento educacional do aluno, com atividades adequadas ao público da educação e com um suporte profissional de acordo com o perfil do educando.

CONCLUSÕES

Portanto, o Plano Educacional Individualizado representa um suporte eficaz na efetivação da educação inclusiva, promovendo um atendimento individualizado o atendimento personalizado de acordo com as necessidades de cada estudante com deficiência, sendo que sua implementação passa a ser além de uma exigência legal, mas um documento pedagógico orientador para o professor. Assim, o ambiente escolar se torna um espaço inclusivo, reconhecendo e valorizando as particularidades e singularidades dos alunos pública da educação especial, respondendo às demandas da diversidade dos alunos em sala de aula, contribuindo para a formação integral de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Disponível em LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08 de out. 2024

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 01 de out. 2024.

_____. - Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao**

Realização:



Apoio:





23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?

Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2025

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 4, p. 1159-1178, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3pWHVwTHV43NqzRzVDBJZ7L/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 set. 2024

OLIVEIRA, Wanessa Moreira. Ações inclusivas no âmbito do IF sudeste MG: um processo em construção. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <http://sta.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-WanessaMoreiradeOliveira19.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2025.

TANNÚS-VALADÃO, G. Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2933/6402.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 de set. 2024

TANNUS-VALADÃO, Gabriela. Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: Propostas oficiais na Itália, França, Estados Unidos e Espanha. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 de ago. 2025

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 86, p. 289-307, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/>. Acesso em: 01 de out. 2024.